celebrado Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado a 16 de Maio de 2011, com a candidata classificada em 1.º lugar — Catarina Maria Soares Bastos Pinho, tendo a mesma sido posicionada na 1.ª Posição Remuneratória e Nível Remuneratório 5 da tabela remuneratória única, aprovada ao abrigo da Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de Dezembro, correspondente à remuneração de seiscentos e oitenta e três euros e treze cêntimos, iniciando-se também na mesma data o período experimental de 180 dias.

Para efeitos do estipulado nos n.º 2 e 3 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro, conjugado com os n.os 3 e seguintes do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, o Júri do período experimental é o mesmo do procedimento concursal.

24 de Junho de 2011. — O Vereador, *António Dinis*.

304858254

Aviso n.º 13968/2011

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que por Despacho do Sr. Presidente da Câmara Carlos Manuel Marta Gonçalves, proferido a 13/05/2011, e na sequência do Concurso externo de ingresso, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 248 de 21 de Dezembro de 2010, para recrutamento de um técnico de informática-adjunto nível 1 (carreiras não revistas) foi celebrado Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado a 16 de Maio de 2011, com o candidato classificado em 1.º lugar — Júlio Pacheco Gomes, tendo o mesmo sido posicionado no índice 189, correspondente à remuneração de seiscentos e quarenta e oito euros e oitenta cêntimos, iniciando-se também na mesma data o período de estágio de 180 dias.

O Júri de acompanhamento do período de estágio é o mesmo do concurso externo.

24 de Junho de 2011. — O Vereador, *António Dinis*.

304858384

Aviso n.º 13969/2011

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que por Despacho do Sr. Presidente da Câmara Carlos Manuel Marta Gonçalves, proferido a 13/05/2011, e na sequência do procedimento concursal comum publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 245 de 21 de Dezembro de 2010, para preenchimento de um posto de trabalho na carreira de Assistente Técnico — Área de Ambiente, Acessibilidade, Mobilidade, Equipamentos e Materiais, foi celebrado Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado a 16 de Maio de 2011, com a candidata classificada em 1.º lugar — Filomena Figueiredo Antunes, tendo a mesma sido posicionada na 1.ª Posição Remuneratória e Nível Remuneratório 5 da tabela remuneratória única, aprovada ao abrigo da Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de Dezembro, correspondente à remuneração de seiscentos e oitenta e três euros e treze cêntimos, iniciando-se também na mesma data o período experimental de 180 dias.

Para efeitos do estipulado nos n.º 2 e 3 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro, conjugado com os n.os 3 e seguintes do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, o Júri do período experimental é o mesmo do procedimento concursal.

24 de Junho de 2011. — O Vereador, *António Dinis*.

304851255

Aviso n.º 13970/2011

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que por Despacho do Sr. Presidente da Câmara Carlos Manuel Marta Gonçalves, proferido a 13/05/2011, e na sequência do procedimento concursal comum publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 245 de 21 de Dezembro de 2010, para preenchimento de um posto de trabalho na carreira de Assistente Técnico — Área de Cultura e Comunicação, foi celebrado Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado a 16 de Maio de 2011, com a candidata classificada em 1.º lugar — Maria de Lurdes Pinto, tendo a mesma sido posicionada na 1.ª Posição Remuneratória e Nível Remuneratório 5 da tabela remuneratória única, aprovada ao abrigo da Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de Dezembro, correspondente à remuneração de seiscentos e oitenta e três euros e treze cêntimos, iniciando-se também na mesma data o período experimental de 180 dias.

Para efeitos do estipulado nos n.º 2 e 3 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro, conjugado com os n.os 3 e seguintes do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, o Júri do período experimental é o mesmo do procedimento concursal.

24 de Junho de 2011. — O Vereador, *António Dinis*.

304852284

Aviso n.º 13971/2011

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que por Despacho do Sr. Presidente da Câmara Carlos Manuel Marta Gonçalves, proferido a 13/05/2011, e na sequência do procedimento concursal comum publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 245 de 21 de Dezembro de 2010, para preenchimento de três postos de trabalho na carreira de Assistente Técnico — Área de Obras Particulares, Planeamento, Urbanismo e Equipamentos Públicos, foram celebrados contratos de trabalho por tempo indeterminado a 16 de Maio de 2011, com os candidatos classificados em 1.º lugar (Procedimentos A1,A2 e A3)-Paula Cristina da Cruz Morgado Costa, Maria Conceição Correia Alves e João Paulo Lages dos Santos respectivamente, tendo os mesmos sido posicionados na 1.ª Posição Remuneratória e Nível Remuneratório 5 da tabela remuneratória única, aprovada ao abrigo da Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de Dezembro, correspondente à remuneração de seiscentos e oitenta e três euros e treze cêntimos, iniciando-se também na mesma data o período experimental de 180 dias, ficando resolvidos naquela data os contratos de trabalho a Termo Resolutivo Certo, na categoria de Assistente Técnico que anteriormente vigorava entre este Município e os referidos candidatos.

Para efeitos do estipulado nos n.º 2 e 3 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro, conjugado com os n.os 3 e seguintes do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, o Júri do período experimental é o mesmo do procedimento concursal.

24 de Junho de 2011. — O Vereador, *António Dinis*.

304846063

MUNICÍPIO DE TRANCOSO

Aviso n.º 13972/2011

Para efeitos do disposto no artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, torna-se público que por meu despacho de 22 de Junho de 2011, no uso da competência que me confere o n.º 2, al. a), do artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, e na sequência do Procedimento Concursal Comum, para recrutamento de três assistentes operacionais (área de actividade: coveiro) na modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado, aberto por aviso n.º 802/2011, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 5 de 7 de Janeiro, vai ser celebrado contrato de trabalho com José Mário Clara Simão, Guilherme Lopes dos Santos e Fernando Lourenço dos Santos, com efeitos a 1 de Julho de 2011, para a categoria de assistente operacional, da carreira de assistente operacional, com a remuneração correspondente à 1.ª Posição remuneratória e ao nível 1 da tabela remuneratória única, no montante de 485€.

Nos termos da alínea a) do artigo 76.º do RCTFP, terá lugar o respectivo período experimental, sendo igualmente aplicável a este período, o previsto nos n.º(s) 2 e 3, do artigo 73.º do mesmo Diploma, aprovado pela Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro, conjugados com o n.º 3 e seguintes do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro.

22 de Junho de 2011. — O Presidente da Câmara, *Júlio José Saraiva Sarmento*.

304859137

MUNICÍPIO DE VILA FLOR

Aviso (extracto) n.º 13973/2011

Celebração de contrato de trabalho por tempo indeterminado

Para dar cumprimento ao estabelecido na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, torna-se público que esta Câmara Municipal, precedendo concurso, celebrou contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com início em 1 de Junho de 2011, com Maria de Fátima Hortelão dos Santos, com a categoria e carreira de Assistente Operacional, posicionada na 2.ª posição remuneratória da categoria e posicionada no 2.ª nível da tabela remuneratória única, a que corresponde um vencimento ilíquido de 532,08 euros, para desempenhar funções correspondentes à categoria no Agrupamento de Escolas de Vila Flor/ Escola EB 2,3/S de Vila Flor. Para os efeitos previstos nos no n.º 2 e n.º 3 do artigo 73.º do RCTFP, aprovado pela Lei n.º 59/2009, de 11/09, conjugados o n.º 3 e seguintes do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, por meu despacho de 24 de Junho de 2011 nomeei para júri do período experimental os seguintes membros: Presi-

dente: Teresa de Jesus Pires Cardoso, Coordenadora Assistente Operacional em comissão de serviço Vogais efectivos: Teresa Laura dos Santos Gomes, Assistente Operacional e Elvina Maria Ferreira Vaz Carvalho, Assistente Operacional. Vogais suplentes: Maria Manuela Alves Simão, Assistente Operacional e Maria de Fátima Firmino Meireles Ferreira, Assistente Operacional.

30 de Junho de 2011. — O Vice-Presidente da Câmara Municipal, *Fernando Francisco Teixeira de Barros*.

304860002

MUNICÍPIO DE VILA VIÇOSA

Aviso (extracto) n.º 13974/2011

Para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, e no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com alterações, homologuei em 27 de Maio de 2011, a conclusão com sucesso do período experimental, dos trabalhadores Nuno dos Santos Galhardas Barroso e Nelson Miguel Rosado Trindade, na sequência do procedimento concursal comum para 2 postos de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional, na área de actividade de Leitores de Contadores de Consumo de Água, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, aberto por aviso n.º 18405/2009, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 202, de 19 de Outubro, decorrido de 1 de Fevereiro de 2011 a 1 de Maio de 2011, tendo ambos obtido a avaliação final de dezasseis valores, sendo o tempo de duração do período experimental contado para efeitos da actual carreira e categoria.

28 de Junho de 2011. — O Presidente da Câmara Municipal*, Luís Filipe Braguez Caldeirinha Roma.*

304854293

FREGUESIA DE ANJOS

Aviso n.º 13975/2011

Cessação de procedimento concursal para contratação de 1 assistente operacional (auxiliar administrativo)

1 — Por deliberação da Junta de Freguesia de 19 de Janeiro de 2011, foi decidido lançar procedimento concursal para contratação de 1 assistente operacional (Auxiliar administrativo);

2 — O referido Aviso foi publicado no *Diário da República* 2.ª série, n.º 56, de 21 de Março de 2011;

3 — Sucede que após a abertura do procedimento concursal em causa, o Estado português teve de recorrer a ajuda externa, cujos termos encontram-se sumariamente explicitados no denominado "Memorando" subscrito pelo Governo português com o Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia.

4 — Conforme consta do referido "Memorando", uma das obrigações do Estado português é a de reduzir o numero de efectivos na administração local, sem prejuízo de serem ainda tomadas outras medidas de contenção da despesa ao nível das Autarquias Locais, nomeadamente nas Freguesias — medidas que, alias, ainda se desconhecem.

5 — Ora, esta conjuntura obriga a Junta de Freguesia a proceder a uma racionalização dos seus recursos humanos e a uma profunda alteração de funcionamento e reorganização dos seus serviços, tornando dispensável a contratação de novos trabalhadores para as funções previstas.

6 — Donde, a Junta de Freguesia conclui pela perda de interesse público relevante na contratação de um assistente operacional (auxiliar administrativo);

7 — Por outro lado, no procedimento concursal em causa ainda não existe a ordenação final dos candidatos.

8 — O artigo 38.º/2 da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, admite que um procedimento concursal possa "cessar por acto devidamente fundamentado da entidade responsável pela sua realização" desde que ainda não se tenha procedido à ordenação final dos candidatos.

Assim, não se tendo procedido ainda à ordenação final dos candidatos, foi deliberado em reunião de Junta de 1/06/2011, ao abrigo do artigo 38.º/2 da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, a cessação do procedimento concursal para contratação de 1 assistente operacional, publicado em 21 de Março de 2011 no *Diário da República* 2.ª série (Aviso n.º 7230/2011), porquanto a Junta de Freguesia entender já não existir o interesse publico relevante que fundamentou a abertura do referido procedimento.

27 de Junho de 2011. — O Presidente, *João Mourato Grave*.

304845723

Aviso n.º 13976/2011

Procedimento concursal para contratação de 2 assistentes operacionais
Lista unitária de ordenação final dos candidatos

Em cumprimento do n.º 6, do artigo 36.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se pública a lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum para preenchimento de 2 postos de trabalho na categoria de Assistente operacional (auxiliar dos serviços gerais), previsto e não ocupados no mapa de pessoal desta Junta de Freguesia, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado a termo resolutivo certo por 12 meses, publicado no *Diário da República* 2.ª série, n.º 56, de 21 de Março de 2011, através do Aviso n.º 7230/2011.

Candidatos com classificação final ordenada:

1.º Maria Antónia Marques Maurício de Assunção — 15,13
2.º Paula Margarida de Almeida Lima — 15,10
3.º Maria José Barroso Rodrigues — 15,07
4.º Paulo Jorge Soares Teixeira — 14,51

Candidatos excluídos por terem tido classificação inferior a 9,5 valores na Avaliação Curricular:

Albano de Oliveira Palma
André Filipe Teixeira Marques
António Manuel Mendes Tomé
Artur Manuel Vicente da Silva
José António Fernandes Ferreira
Laura Isabel Trindade da Silva Heitor
Mafalda Filipa da Fonseca Antunes
Maria do Rosário das Neves
Maria Margarida Garcez Dias
Maria Teresa Mendes Oliveira
Mário João Moreira Matos
Pedro Miguel dos Santos Sabino
Ricardo Manuel Carlos da Costa

Candidatos excluídos por não terem apresentado candidatura em conformidade com os requisitos do concurso:

Carla Cristina Mendes dos Santos Maiato
José António de Almeida Paiva
Maria da Conceição Soares Macedo
Nelson Ribeiro e Sousa
Teresa de Jesus Maia Domingues de Sousa

27 de Junho de 2011. — O Presidente, *João Mourato Grave*.

304847198

FREGUESIA DE MONTIJO

Aviso n.º 13977/2011

1 — Nos termos do disposto no artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro conjugado com o artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, adaptada à administração autárquica pelo Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, torna-se público que, de acordo com a deliberação do órgão executivo da Junta de Freguesia, de 30 de Maio de 2011, se encontram abertos pelo período de 10 dias úteis, a contar do dia útil seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República,* procedimento concursal comum para contratação por tempo determinado (termo resolutivo certo) pelo período de 12 meses nos termos al. *h*), n.º 1 do artigo 93.º da Lei n.º 59/2008 de 11/09, para preenchimento de um posto de trabalho na carreira/ categoria de Assistente Técnico, posto de trabalho previsto no mapa de pessoal desta Freguesia.

2 — Considerada a dispensa temporária da obrigatoriedade de consulta à Entidade Centralizada para Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRR), não foi efectuada a consulta prevista no artigo 4.º da Portaria 83-A/2009, de 23 de Janeiro.

3 — Legislação aplicável — ao presente procedimento são aplicáveis, designadamente, as disposições da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de Julho e Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro na sua actual redacção Decreto-Lei n.º 6/1996, de 31 de Janeiro (CPA).

4 — Prazo de validade — O procedimento concursal é válido para o preenchimento do posto de trabalho a ocupar.

5 — Caracterização do posto de trabalho: Atribuições/ Competências/ Actividades associadas ao conteúdo funcional previsto no Anexo